

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 141/142

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado)- Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE OUTUBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, , Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Beraldin, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli e Luiz Accorsi (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vêm a presença de Vossa Excelência, comunicar a formação de Bloco Parlamentar constituído pelos partidos PSC, PSL e PL, com amparo no artigo 13, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(aa) MILTINHO PUPPIO, EDNO GUIMARÃES,
E PASTOR EDSON PRACZYCK

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 052/99, referente a normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtores agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoioamento:

Augustinho Zucchi.

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário respeitosamente, REQUER, que a Presidência desta Casa de Leis, determine junto a Comissão Executiva, o cancelamento do desconto em folha de pagamento, para com o PARANAPREVIDÊNCIA, dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, bem como do valor diferenciado aos que tenham vencimentos superiores a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais), em razão de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), dando conta da inconstitucionalidade de tal ato.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, que o Plenário Waldemar Daros seja destinado no dia 09 de novembro de 1999, das 09:00hs às 12:00hs, para a realização de audiência pública, que tratará do Assunto Contratos do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a presença do Deputado Federal Adolfo Marinho, do PSDB do Ceará, Relator da matéria em questão na Subcomissão de Habitação da Câmara Federal.

Nestes termos pede deferimento conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Matzenbacher, ocorrido em 04.10.99.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 76 anos faleceu, em Cruz Machado a Senhora Maria Matzenbacher (dia 04.10.99), deixando viúvo o Senhor Arlindo Albino Matzenbacher, 05 filhos, 19 netos e 12 bisnetos.

O passamento da Senhora Maria Matzenbacher veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua Serva Maria Matzenbacher.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Dona Maria e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Matzenbacher, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Todeschini (BR-116, nº 18299 - Pilarzinho - Curitiba), pela comemoração de seus 114 anos.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Indústria Todeschini está comemorando 114 anos. O Paraná tem muito a comemorar.

A história da Todeschini iniciou na década de 1870, quando a atividade colonizadora atingiu seu período máximo e o movimento imigratório foi mais intenso. Os resultados satisfatórios alcançados pelos col-

onizadores nos arredores de Curitiba levaram o Governo Provincial a instalar novas colônias nos Campos Gerais e no Litoral.

Por causa disso, Giuseppe Todeschini, natural de Arcole, Distrito de São Bonifácio, Província de Verona, decidiu vir para a América do Sul, considerada na época a terra prometida.

Em 1877, Giuseppe chegava em Paranaguá. Um ano depois, casou-se com Domenica Cemin e comprou uma chácara na Avenida Sete de Setembro, onde, em 1884, construiu uma casa, iniciando ali a atividade industrial da primeira fábrica de macarrão do sul do Brasil, que começava com apenas seis funcionários.

Com o passar dos anos, a família Todeschini, sempre trabalhando unida, foi expandindo os negócios e criando as fábricas de balas, de biscoitos e de copinhos para sorvete. Em 1971 as instalações na Avenida Sete de Setembro não comportavam mais o crescimento da empresa, que então mudou para o atual endereço, na BR-116, nº 18.299, no Bairro do Pinheirinho, em Curitiba.

Hoje, sem dúvida nenhuma, as Indústrias Todeschini são uma das empresas mais bem equipadas do país, tendo uma produção de macarrão e biscoitos que somam milhares de toneladas/mês.

A fábrica de biscoitos, entre a produção dos tipos doces, salgados, recheados e waffers, totalizou no último mês 2 milhões de quilos, sendo que, a de macarrão, entre os tipos com ovos e o sêmola, chegou a uma produção de quase 2.500.000 quilos. Na somatória dos 2 produtos, as Indústrias Todeschini chegaram a um total final de quase 4.500.000 quilos, sem dúvida, uma produção nacional das mais representativas.

Os investimentos da empresa não ficam somente em tecnologia, a imagem da mesma também está sendo gradativamente renovada, bem como novos produtos com novos sabores já podem ser encontrados nas principais redes de supermercados do país.

Participa ativamente das principais feiras mercadológicas do país, está presente na mídia eletrônica com incisivos comerciais mostrando a sua marca e novas embalagens, bem como em eventos e convenções, onde seus produtos são degustados e as novidades apresentadas.

Tudo isso muito bem administrado pela diretoria familiar e por executivos especializados que exercem suas funções nas diversas áreas da empresa, onde o profissionalismo é a peça fundamental do grande sucesso dessa empresa genuinamente paranaense.

Pela comemoração dos 114 anos, receba as Indústrias Todeschini, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2184

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Jornal Tribuna do Paraná, pela comemoração de seus 43 anos.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal, que circula diariamente, enfrentou neste período muitos desafios, sem nunca desistir de seus objetivos, levar à nossa população, informações, serviços, reportagens do interesse e todos e, acima de tudo, o incentivo ao desenvolvimento da Cidade e do ser humano como cidadão.

O jornal firmou-se desde muito cedo como um veículo de comunicação respeitado e divulgado, pois com matérias de interesse de todos conquistou o curitibano e região metropolitana, motivo de orgulho da sua equipe de trabalho, que luta diariamente, perseverando sempre diante das muitas dificuldades que enfrentam.

Mas, como tudo que é importante tem seu lugar de destaque, o Jornal "Tribuna do Paraná" como um veículo de comunicação sério, imparcial e atinado sempre na defesa dos legítimos interesses da população, desponta como um dos mais importantes da nossa Capital.

Como imprensa aberta ao povo, é solidário ao sofrimento dos humildes, alertador dos desequilíbrios sociais, estimulador do desenvolvimento econômico, divulgador dos nossos recursos e belezas naturais, corajoso na condenação das injustiças, da impunidade e do favoritismo. O Jornal tem como principais destaques as áreas de esporte e assuntos policiais.

Ao Jornal Tribuna do Paraná, a toda a sua equipe de trabalho, pela comemoração de 43 anos de circulação deste veículo de comunicação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulação ao Professor René Ariel Dotti.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O renomado advogado e professor da Universidade Federal do Paraná, René Ariel Dotti, convidado pelo Ministro da Justiça, é o único paranaense a participar do Grupo de Trabalho Especial para a elaboração do diagnóstico do sistema penal brasileiro. Confiando em sua competência a Assembléia Legislativa apóia essa valorosa iniciativa, que visa a modernização da Justiça e conseqüentemente a melhoria do convívio social.

Por isso o eminente jurista e professor merece os cumprimentos desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a definição para destinar uma espalhadeira de calcário tratorizada para o Município de São Pedro do Iguaçu, conforme segue.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de o Município de São Pedro do Iguaçu ser constituído, em cerca de 80%, de propriedades rurais de pequeno porte. Por inexistência de uma política agrícola que garante linha de crédito de fácil acesso e juros compatíveis com a realidade desses pequenos agricultores e preços de produção no mercado em patamar que supere as despesas de produção, os agricultores são impossibilitados de investir na correção do solo, buscando uma maior produtividade. Portanto, dotar a municipalidade com uma espalhadeira de calcário tratorizada, sem dúvida constituirá em um benefício ímpar, considerando que a máquina poderá ser útil na aplicação de calcário nas pequenas propriedades rurais no território do município.

REQUERIMENTO Nº 2167

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a definição para celebração de convênio com o Município de São Pedro do Iguaçu, objetivando a implantação de um Armazém Municipal para exercer atividades de apoio e incentivos para os pequenos produtores rurais do município, conforme segue.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se ao fato de a grande maioria dos pequenos produtores agrícolas ramificados no município de São Pedro do Iguaçu não terem acesso por restrições e exigências burocráticas. Desta forma, esses pequenos agricultores tem como alternativa aderir ao sistema de base de troca de sementes, insumos e defensivos por produto colhido, junto ao comércio local. Mas esta alternativa, apesar de ser bem aceita pelos produtores rurais, necessita de um local adequado para armazenar a produção, com o objetivo de trocas futuras.

REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente para a Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a viabilização da pavimentação asfáltica ligando a cidade de Palotina à localidade de Linha Água Branca, totalizando 6,5 quilômetros.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a referida localidade possuir 7 (sete) aviários climatizados, além de uma grande produção de suínos, leite, peixe, soja e trigo, sendo portanto, necessária a realização desta obra para dar condições aos produtores de escoamento da produção.

REQUERIMENTO Nº 2169

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente para a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a destinação de materiais para a construção de uma cancha de bocha com piso sintético no Distrito de São Francisco, no Município de São Pedro do Iguaçu, conforme segue.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de o Distrito de São Francisco dispor atualmente de poucas alternativas de desporto e lazer. A referida solicitação abrirá mais um espaço para o divertimento coletivo e ainda será mais um incentivo para fixar o homem na área eminentemente agrícola, evitando desta forma a evasão para as cidades grandes. Esta solicitação vem de encontro à reivindicação dos moradores do distrito.

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Madalena Santos da Costa, residente à Rua José Ambrósio de Araújo nº 350, Jardim Claudia, Município de Pinhais, que pede informações sobre a retirada do telefone público, há mais ou menos 01 (um) mês, do interior do Colégio Estadual Paulo Leminski, sito à Av. Victor Ferreira do Amaral, em frente ao DETRAN. Ao mesmo tempo, pede a recolocação desse telefone, o qual é de grande utilidade tanto para os alunos quanto para funcionários do colégio. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 868-1046.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2173

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Lilita Linda da Silva, residente à Rua Alexandra Dimitrov nº 232, Jardim São Carlos I, Município de Almirante Tamandaré, que pede a implantação de um aparelho telefônico público em frente ao Bar e Merceria Gaudêncio, sito no endereço acima. Muitas pessoas residem no local e o telefone será de grande utilidade a todos.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Ana Lourenço Guette, residente à Rua Deputado Divonsir Borba Cortes nº 427, Jardim da Ordem, Bairro Tatuquara, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 705.003.719-20.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara Federal e ao Senhor Deputado Magno Malta, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Narcotráfico, apoiando os trabalhos de investigação desenvolvidos pela CPI e solicitando a prorrogação dos seus prazos, para que a mesma tenha condições de elaborar um relatório final esclarecedor a toda a sociedade, confiando que a nossa justiça punirá veementemente os envolvidos nesta conexão de drogas que envolve todo o País.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) PASTOR EDSON PRACZYCK

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Duílio Genari, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Basílio Zanusso e Antonio Carlos Belinati.

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, José Tavares da Silva Neto, solicitando o remanejamento dos detentos do Presídio

Hildebrando de Souza localizado no Município de Ponta Grossa, para a Penitenciária Industrial de Guarapuava.

Tal solicitação deve-se ao fato de que o Presídio Hildebrando de Souza tem capacidade para 80 detentos e atualmente está com aproximadamente 230, sujeito a rebeliões devido a não existência de espaço físico.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Excelentíssimo Senhor Antônio Leonel Poloni solicitando o que segue:

1 - Quando se deu o processo licitatório para a privatização da Feira do Paraná/99, bem como os termos do edital de concorrência;

2 - Quais as empresas participantes do processo;

3 - Qual a empresa vencedora do processo a que se refere o item 1, bem como cópia do contrato social da mesma;

4 - Quais os termos do(s) contrato(s) de gestão, do processo licitatório;

5 - Houve valores caucionados dados em garantia contratual, por parte da empresa vencedora, ao Governo do Estado do Paraná;

6 - Se positivo, qual o valor, espécie, ou forma de pagamento, dos títulos dados como garantia;

7 - Quais as co-responsabilidades do Governo do Estado do Paraná, perante o evento, quanto ao não cumprimento de qualquer cláusula contratual, por parte da empresa vencedora da licitação;

8 - Quais os valores arrecadados com bilheterias, publicidade, venda de espaço, entre outras, bem como as despesas relacionadas ao evento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) EDSON STRAPASSON, EDGAR BUENO, NEREU MOURA, ORLANDO PESSUTI, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA, PÉRICLES MELLO, LUIZ CARLOS ZUK, ANTONIO ANNIBELLI, ADEMIR BIER E WALDYR PUGLIESI.

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Excelentíssimo Senhor David Campos solicitando o que segue:

- Quais os valores gastos pelo Governo do Estado do Paraná, com a Revista Veja do Grupo Abril, no período de janeiro de 1995, até a presente data.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) NEREU MOURA, ÂNGELO VANHONI, PÉRICLES MELLO, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, ORLANDO PESSUTI, EDSON STRAPASSON, LUIZ CARLOS ZUK, JOSÉ MARIA FERREIRA, EDGAR BUENO, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER E ANTONIO ANNIBELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 524/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação, Habilitação e Promoção Social do Portador de Paralisia Cerebral Associada ou não à Deficiência Visual ou Auditiva, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Reabilitação, Habilitação e Promoção Social do Portador de Paralisia Cerebral Associada ou não à Deficiência Visual ou Auditiva, constitui-se numa entidade filantrópica sem fins lucrativos, voltado ao objetivo social e humano nas suas atividades.

Entre suas principais realizações constam doações de cestas básicas às famílias carentes, compra de medicação necessárias, divulgação das atividades realizadas pela associação com o objetivo de arrecadar fundos na compra de brinquedos e alimentos, aprovação do Projeto Informática para Deficientes Visuais, entre outras atividades de grande importância beneficiando a comunidade.

Em função dos motivos expostos, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 525/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Santa Casa de Misericórdia, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Praça da Bíblia, Rodoviária Municipal, sobreloja, sala 5, na Cidade de Umuarama, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Associação Beneficente Santa Casa de Misericórdia, tem por finalidade promover a prática da assistência aos mais carentes ou desafortunados pela sorte, princípios básicos de uma sociedade voltada a assistência social, cultural, médico-hospitalar e especialmente de ensino e de pesquisas científicas.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 526/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instalar uma Delegacia da Mulher na Cidade de Realeza.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto desta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma Delegacia da Mulher no Município de Realeza é de suma importância, tendo em vista as dificuldades que as mulheres enfrentam para expor seus problemas perante um delegado, procurando normalmente, em casos mais delicados, o Conselho Tutelar, justamente por ser presidido por mulheres.

Trata-se de uma antiga reivindicação das mulheres do município que têm constantemente cobrado do Poder Público a criação da Delegacia em questão.

PROJETO DE LEI Nº 527/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas - AGECEP, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, interpor e regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização e construção das rodovias federais e estaduais que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Agência de que trata o artigo 1º, acompanhará a arrecadação diária e procederá à conferência da contabilidade das empresas pedagógicas que cobram tributos dos usuários pelo direito de passagem pelas rodovias paranaenses.

Parágrafo Único - As empresas de que trata o *caput* deste artigo, serão obrigadas a fornecer os balanços diários e mensais das receitas e despesas à AGECEP que os apreciará cópias e pareceres à Secretaria de Estado dos Transportes e Secretária de Estado da Fazenda.

Art. 3º - A AGECEP procederá, permanentemente, a fiscalização dos trabalhos de conservação, sinalização e construção dos trechos entregues às empresas concessionárias, levando em conta as cláusulas contratuais firmadas entre o Estado e as empresas pedagógicas.

§ 1º - A fiscalização será exercida, também, sobre a utilização das margens das rodovias, - denominadas faixa de domínio - as quais são exploradas pelas pedagógicas com empresas de comunicação (painéis, outdoors, totens e outros).

§ 2º - Também será atribuição da AGECEP fiscalizar futuras locações do solo na faixa de domínio das rodovias para a passagem de gasodutos.

Art. 4º - No exercício da sua função, a AGECEP fiscalizará o cumprimento do cronograma físico de obras, seja na duplicação ou construção de rodovias, podendo aplicar multas e/ou suspender temporariamente, o ato de cobrança de pedágio, até o cumprimento do referido cronograma.

Art. 5º - A AGECEP que exercerá a função de órgão regulador do Estado, será ligada ao organograma da Secretaria de Estado dos Transportes e possuirá uma Diretoria própria designada pelo Governo do Estado.

Art. 6º - Fica a Secretaria de Estado dos Transportes obrigada a regulamentar o Regimento Interno da AGECEP, dentro de 30 dias contados a partir da publicação da presente lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que a composição do Anel de Integração - as chamadas rodovias pedagiadas - é, hoje, formado por 2.035,50 Km;

Considerando-se que deste total 1.691,60 km, são de rodovias federais que foram delegadas ao Estado do Paraná;

Considerando-se que outros 343,90 km são de rodovias estaduais;

Considerando-se que os restantes 308,29 km, são chamados de trechos ofertados (trechos ofertados são aqueles que as concessionárias se responsabilizaram por oferecer conservação "gratuita" ao Estado) (dados fornecidos pelo DER-PR);

Considerando-se que esta Assembléia Legislativa não teve acesso ao controle da arrecadação que as empresas concessionárias obtiveram, como também desconhecemos qualquer volume de investimentos feitos pelas ditas empresas;

Considerando-se que o usuário vem pagando tributos para se utilizarem das rodovias de nosso Estado;

Apresentamos o presente projeto de lei, para ser submetido à apreciação do douto Plenário, como forma de oferecer ao Governo do Estado uma fórmula para se estabelecer o acompanhamento, fiscalização e interpeção - se necessária - mantendo o usuário bem informado sobre o que acontece com o dinheiro que ele deixa nos postos de pedágio, quando transita com automóveis, ônibus ou caminhões de transporte.

Os objetivos do presente projeto de lei são os de acompanhar a arrecadação diária das empresas pedagadoras, bem como, ter acesso às planilhas de custos que as empresas têm quanto ao volume empregado na conservação, sinalização e construção das rodovias pedagiadas.

Como o prazo estipulado nos contratos de concessão pelo Estado às empresas privadas é muito extenso (23 anos), não podemos permitir que as empresas concessionárias atuem livremente, sem qualquer tipo de fiscalização, comprometendo desta forma o lado social que o Governo teve como finalidade ao criar o Anel de Integração.

O Governo do Estado, possui para administração direta mais 11.711,50 km de rodovias que não foram repassadas para as concessionárias, de cujo trecho: 9.617,18 Km são pavimentadas e outros 2.094,32 km, não possuem qualquer tipo de pavimentação (dados também fornecidos pelo DER-PR).

70% (setenta por cento) da nossa produção agrícola é transportada por vias terrestres e os investimentos feitos em rodovias estaduais pelo Departamento de Estra-

das de Rodagens - DER vem decrescendo de forma assustadora de ano a ano, conforme tabela a seguir:

PARTICIPAÇÃO DO DER/ESTADO

ANO	ORÇADO%	EXECUTADO%
1976	11,79	25,37
1977	12,93	31,42
1978	18,68	21,26
1979	17,23	15,38
1980	12,98	12,64
1981	7,76	15,82
1982	11,56	14,64
1983	8,64	9,55
1984	9,94	11,06
1985	9,88	12,32
1986	11,05	16,42
1987	15,93	18,77
1988	11,81	22,25
1989	13,92	8,68
1990	7,47	7,83
1991	13,00	6,91
1992	8,05	4,31
1993	8,75	5,79
1994	7,24	7,80
1995	11,50	4,08
1996	9,65	4,50
1997	5,13	3,32
1998	7,35	3,37
1999	5,72	-

Urge criar mecanismos (empréstimos federais, internacionais ou outras fontes de arrecadação), para que sejam revitalizados o DER e toda a estrutura da Secretaria dos Transportes para assegurar a conservação e a modernização de nossas rodovias que são instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento do estado como um todo.

A função reguladora da AGECEP, aqui proposta, que deverá ter um caráter mais independente, pois terá funções específicas, poderá ser a solução para um problema crucial do Governo do Estado.

O Paraná, que possui, atualmente, 2.335.165 veículos licenciados (dados do DETRAN em 03/09/99), precisa ter a certeza de que as suas estradas estão sendo modernizadas e conservadas.

Para tanto, conto com o apoio dos Srs. Deputados, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 528/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estabelecer, nas empresas que recebem subsídios e incentivos fiscais sediadas no Estado do Paraná, a obrigatoriedade de inclusão no seu quadro de empregados, de um percentual de 10% (dez por cento) de jovens a partir de 18 anos, sem experiência, e adultos a partir de 35 anos, com dificuldades para reingressar no mercado de trabalho.

Art. 2º - Ao empregado admitido nas condições previstas nessa lei, são assegurados os direitos constitucionais e legalmente aplicáveis, especialmente os previstos no art. 7º da Constituição Federal.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Esta proposta pretende assegurar aos nossos jovens e adultos, mais experientes, a certeza de dias melhores através da garantia de emprego numa faixa de idade tão discriminada pela nossa sociedade. Possibilitará aos jovens obter experiência passando a competir com mais igualdade no mercado de trabalho e garantirá aos mais velhos a possibilidade de se colocarem, apesar da idade.

Já que há, de parte do Governo Estadual, um incentivo fiscal para que essas empresas se estabeleçam em nosso estado, nada mais justo, que em contrapartida, haja por parte delas um benefício ao estado, admitindo jovens e adultos que encontram dificuldade no mercado de trabalho, tão competitivo, e cada vez mais especializado, tendo a desvantagem da inexperiência ou da idade “avançada”.

Por certo, não se espera que sejam admitidas quaisquer pessoas, sem as qualificações necessárias para exercerem os cargos destinados a elas. Pretende-se colocar jovens e adultos preparados, os quais encontram dificuldades geradas pela nossa cultura, a qual não vê que é impossível ao jovem adquirir experiência se não conseguir alguém que creia nele e lhe dê esta possibilidade.

Mias difícil ainda é compreender uma sociedade onde adulto de 35 anos é considerado “velho”, quando é justamente nesta faixa etária que ele caminha para o auge de sua capacidade produtiva e competência profissional.

Pretendemos, com esta proposta, assegurar ao cidadão paranaense a proteção do direito ao emprego, conforme reza o art. 6º da Constituição Federal, quando assegura os direitos sociais de todo brasileiro. É uma questão de justiça social proteger uma parcela específica da população garantido-lhes possibilidades de ter fé e esperança no futuro.

Assim, acreditamos que a aprovação de nosso projeto representará um importante passo ao combate ao desemprego e à manutenção da esperança e auto-estima de nossos cidadãos, propiciando alternativas sólidas à desesperança que nos assola.

Para tanto, contamos com a aprovação desta proposta pelos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças, PMDB. Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna, hoje, é um assunto que foi comentado pela imprensa nos últimos dias a respeito do Senador Roberto Requião. A Revista “Veja”, utilizando-se do grande poder de penetração e de leitura no Brasil, publicou uma matéria desairosa em relação ao Senador.

Todos conhecemos esta figura polêmica da política paranaense. Alguns não gostam do seu jeito, outros não concordam com a sua maneira de ser, com a sua maneira eloquente, às vezes, polêmica, improvisada. Outros o respeitam, outros, enfim, o vêem de forma diferente.

Na minha avaliação, se há uma coisa que para nós é muito caro, para nós do PMDB, é a integridade, a honradez e a honestidade do Senador Roberto Requião. Passou pela Prefeitura de Curitiba, pelo Governo do Paraná, por esta Assembléia e a sua reputação, por mais que seus atos fossem questionados, jamais deixou rastro algum que pudesse comprometer a sua integridade moral e ética, tanto que o Governador Jaime Lerner ao assumir o Governo do Paraná, não trouxe a público nenhum ato sequer, que pudesse atestar improbidade, que pudesse atestar malversação do erário público que nós, aqui, nesta Casa, tivéssemos conhecimento.

Por isso, Senhor Presidente, para reparar uma injustiça veiculada pela Revista “Veja” e que teve eco por alguns meios de comunicação do Paraná, temos que, na condição de Deputado do PMDB e na condição de homem do Paraná, de pessoa do Interior deste Estado, que vir aqui, com muito orgulho, defender o Senador Roberto Requião.

Aliás, essa defesa não é feita por nós, foi feita por quase a totalidade dos senadores que compõem o Senado Federal, de todos os Partidos, do PT ao PFL, todos foram unânimes em defender a conduta, a honradez, a linha percorrida pelo Senador Roberto Requião.

Se isso não bastasse, Senhor Presidente, o Procurador da República, Dr. Celso Antonio Trêz que é o responsável do Ministério Público Federal, para apurar a lavagem de dinheiro através da CC5, o Procurador da República que é o maior conhecedor deste país, da grande trambicagem que foi a lavagem de dinheiro público através destas contas, emitiu a sua opinião por escrito, a respeito do Senador Roberto Requião lhe dando atestado de idoneidade, se contrapondo à crítica eivada de má fé escrita pela Revista “Veja”. E o Procurador escreveu a seguinte carta.

(Lê):

“Exmo Sr. Roberto Requião

Senador da República - Brasília/DF

Tenho a honra em dirigir-me a Vossa Excelência, oportunidade em que registro e agradeço o recebimento de transcrição de vosso discurso, proferido da tribuna do Senado da República.

“Ad argumentandum tantum”, não fossem sobejamente sólidas as justificativas do depósito à conta de uma “laranja”, formalmente imputado a vossa esposa - por óbvio, “lavagem de dinheiro” pressupõe pecúnia “suja” (origem inconfessável); sendo legítima, inexistia a premissa do ilícito, remanesce soberano o inextinguível crédito do Exmo. Parlamentar que, arrojada e cirurgicamente, trouxe às barras do pretório a bandalheira do CC5.

Não fosse a CPI dos PRECATÓRIOS, esse bilionário “colarinho branco” continuaria imune, sob o histórico privilégio dos “excluídos da Justiça”, limitando a pauta judiciária a uma pletera de “relevantes” casos de muambeiros,...

Quanto à reportagem de “Veja”, vale referir que o repórter contactou previamente com o subscritor, o qual repassou-lhe a notícia sobre a distribuição da investigação a 80 (oitenta) Varas Federais de todo o Brasil, de acordo com o domicílio fiscal dos remetentes. No que refere à sua esposa, o próprio Jornalista, reportando-se a vossas fundamentadas explicações, observou que nada seria publicado. Todavia,...

Pertinente à “Abril”, recomenda-se consultar o dossiê das CC5 enviado Vossa Excelência. Somando-se a “TVA - Participações”, “Abril Vídeo da Amazônia S/A”, “Abril Coleções Ltda”, “Editora Abril S/A”, “Televisão Abril S/A”, e “TVA Sistema de Televisão S/A”, chega-se à “bagatela” de R\$260.148.281,93 (duzentos e sessenta milhões de reais...). Lembre-se: à época da equivalência dólar-real. Há origem declarável e respectiva tributação???

Atenciosamente,

Celso Antônio Trêz

Procurador da República”

Por isso, Senhor Presidente, venho aqui nesta tribuna tranqüilo e sereno, para fazer a defesa de um homem público que é firme sim, que tem defeitos, que é arrojado, que às vezes é polêmico, mas que é inquestionável nas suas atitudes de honradez, de seriedade, e que não será a Revista Veja, que tem contra si a acusação da CPI dos precatórios e da CPI dos Bancos, do envio ao exterior de 260 milhões de reais, na época em que o dólar valia 1 real. O Senador Roberto Requião não merece esse tipo de consideração, e não seríamos nós que ficaríamos calados ouvindo a injustiça, ouvindo o grito daqueles que querem jogar a calúnia e a difamação onde ela não merece.

Por isso, Senhor Presidente, é que estamos aqui, hoje, para que esta Casa escute o nosso grito.

Antes de encerrar, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Ilustre Deputado Nereu Moura, vejo Vossa Excelência fazendo um pronunciamento, aqui nesta Casa, e querendo, no seu posicionamento, colocar como a grande culpada da situação, a Revista Veja.

Pelo menos, li e até procurei reler a reportagem para ver a veracidade do que estava acontecendo, porque eu também tinha uma imagem de que aquilo não poderia ser verdadeiro. Um homem que está há muitos anos na política e que se considera o “paladino da honestidade”! Quando li aquela reportagem fiquei estarrecido. Mas, Deputado Nereu Moura, o próprio Senador Requião, na reportagem da Veja, assume pessoalmente a grande “M” que cometeu a sua esposa. E Vossa Excelência sabe muito bem, se a sua esposa, numa eventualidade comprar dólar, pelos meios legais, Vossa Excelência como participante da família e o homem que tem os rendimentos, Vossa Excelência terá conhecimento. Mas, o ilícito na compra dos dólares foi assumido pelo Senador Roberto Requião.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, até que possamos aqui estabelecer o contraditório em cima dessa questão, na segunda-feira estaremos adentrando, nesta Casa, com um requerimento pedindo à Polícia Federal para que esclareça a esta Casa quais foram as medidas tomadas e quais foram os ilícitos cometidos na compra dos dólares. Vossa Excelência trouxe esta questão à tona, hoje, nós não esperávamos que viesse isso. Agora, de forma nenhuma, quero concordar com Vossa Excelência em várias questões quando Vossa Excelência coloca: dizendo aqui que o Senador é um homem inocente. Ora, inocente! Um homem que cometeu o maior estelionato eleitoral da história do Paraná e que a Revista Veja diz: “A História do Ferreirinha”. Um homem, nos acontecimentos da questão dos Sem-Terra no Paraná, o caso Teixeira, e agora na questão dos dólares. Acho sinceramente, que Vossa Excelência é um homem corajoso, preparado, mas o seu pronunciamento, neste momento traz à tona uma questão que

tinha que ficar escondida, porque é uma vergonha para o Paraná. Nós, sinceramente, não esperávamos, jamais, a atitude do Senador querendo jogar a culpa na sua esposa. Ele diz com todas as palavras, com todas as letras querendo se eximir da culpa da questão dos dólares.

Ora, esta, sim, é uma atitude covarde, porque ele teria que, sim, ter tomado uma atitude e assumido o erro cometido, porque ele assume a irregularidade, mas joga a culpa na esposa. Essa é uma atitude deplorável. Essa é uma atitude que nenhum homem que usa bigode, nenhum homem que se diz sério, nenhum homem que tem dignidade pode ter essa atitude, porque a primeira coisa que a gente faz, primeiro, é resguardar a família. E nem isso o Senador Requião teve a dignidade de fazer,

A primeira coisa que fez, foi jogar a culpa na sua esposa, o que é uma atitude deplorável. Não apoiamos esta atitude e voltaremos a discutir esta questão, porque entraremos na Casa com um requerimento pedindo à Polícia Federal que esclareça este fato à Assembléia Legislativa, para que não fiquemos em cima apenas da Revista Veja.

Agradeço o aparte.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência, Deputado Valdir Rossoni, não é a pessoa mais indicada para dar conselhos ao Senador Roberto Requião, porque Vossa Excelência, num episódio recente da Mesa da Assembléia, falou em alto e bom som que renunciaria à Liderança do Governo e denunciou o Governo, daquela tribuna, e no dia seguinte estava aqui, como Líder.

Então, por isso, Vossa Excelência não é a pessoa mais recomendada para chamar a atenção do Senador Roberto Requião.

Por outro lado, se há uma pessoa que quer o esclarecimento deste episódio, ela se chama Roberto Requião. E nós não temos medo, porque se estou aqui nesta tribuna, é para que este fato seja esclarecido e para que a população do Paraná não seja mal informada e tome conhecimento do que efetivamente ocorreu, das armadilhas, da sujeira que tem por baixo do tapete, em relação a esta matéria veiculada na Revista Veja.

E, está sim o dedo do Palácio Iguazu, está sim o dedo do Fernando Henrique Cardoso querendo manchar a imagem de um político que tem defeitos, tem falhas, mas tem honradez de sobra para dar e mostrar. Um homem que foi perseguido pela justiça, que foi percorrido em todos os seus atos e até agora ninguém conseguiu puni-lo, porque ele sempre mostrou que é honrado e honesto.

Este é o maior patrimônio do Senador Roberto Requião e é por isso que nos orgulhamos de ser seu companheiro, é por isso que perdoamos as suas falhas, é por isso que o temos como nosso Líder e o povo do Paraná o respeita, Senhor Presidente, e iremos discutir aqui, sim, esta armação que fizeram para manchar o nome do nosso Líder.

Queremos que esta Assembléia possa se pronunciar, possa averiguar porque não fazemos o jogo, Senhor Líder do Governo, de esconder, de não querer aprovar requerimento para que o Ministério Público não apure maracutaías. Queremos esclarecer sim, e queremos que a Procuradoria da República tenha o apoio da Assembléia, do Congresso Nacional, da Polícia Federal, para esclarecer, item por item, de tudo que se procurou fazer contra a figura do grande Senador Roberto Requião.

Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Nereu Moura, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Primeiro, o nosso Regimento estabelece que o aparte deve ser breve, educado e claro naquilo que pretende. O Deputado Valdir Rossoni foi longo e não foi claro naquilo que pretendeu dizer, porque quando afirmou a grande “m” que fez a esposa do Senador, não deixou claro o que significa este “m”. Seria interessante que, com a mesma bravura e coragem que tem manifestado, dissesse a nós se este “m” é de maravilha ou qualquer outra coisa.

O Sr. Valdir Rossoni

Teria que perguntar ao Senador, porque ele falou na Revista Veja.

O Sr. Orlando Pessuti

Não estamos no Senado para debater com o Senador.

Depois o Deputado Valdir Rossoni - Deputado Nereu Moura - fala em estelionato eleitoral, tentando trazer de volta a discussão do Ferreirinha, Baiano da Foice, tudo devidamente já julgado e esclarecido pelo Tribunal Superior Eleitoral neste caso.

Mas, esqueceu o Deputado Valdir Rossoni, quando fala em estelionato eleitoral, de chamar a conhecimento deste Plenário, aquilo que o nosso saudoso Presidente Anibal Khury afirmou com toda a sua autoridade, que a diminuição dos valores cobrados a título de pedágio, feito alguns dias antes da eleição, foi uma jogada eleitoral, e todos sabemos que esse tipo de jogada eleitoral sim, se caracteriza como estelionato eleitoral.

Cumprimento Vossa Excelência, Deputado Nereu Moura, por estar nesta tribuna discutindo esse assunto. Nós, do PMDB, não temos nada a esconder. O Senador Roberto Requião não tem o que esconder, tanto que foi três vezes à tribuna do Senado, debater com os seus colegas este assunto, que tentam, através dele, incriminar a conduta política e pessoal do Senador Requião.

Não temos nenhuma razão e nenhum motivo para esconder isso, e é por isso que Vossa Excelência está nessa tribuna, no Horário do PMDB, em nome da nossa Bancada, colocando este assunto em debate, para que possamos debatê-lo e colocar a verdade, dentro daquilo que é a verdade e não dentro daquilo que pensa o Depu-

tado Valdir Rossoni ou outras pessoas, ser a verdade que querem.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte.

O Sr. Péricles Mello

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

O Partido dos Trabalhadores já manifestou a sua solidariedade e seu entendimento sobre essa questão. O Senado da República, através de dois de nossos mais brilhantes Senadores, respeitados em todo o País, os Senadores Eduardo Suplicy e Eduardo Dutra.

Temos uma visão clara do que significa Roberto Requião na história do Paraná e do Brasil, as posições que ele tem assumido com muita galhardia e com muita coragem.

Não posso aceitar o argumento do Líder do Governo, de que Requião é responsável pela conduta da sua esposa. Não sei onde existe isso, se na lógica do Líder do Governo - e essa é a lógica pessoal dele - acho que não deve ser a nossa lógica. Cada cidadão é responsável pelos seus atos, e não podemos, por esse fato, incriminar o Senador Roberto Requião. Ele teve a clareza para se justificar, colocar o seu ponto de vista no Senado e quero fazer um desafio, que possamos trazer o Senador Requião aqui neste Plenário - há tanto tempo estamos insistindo nisso! Quem impede que o Senador venha aqui colocar as suas posições sobre tantos temas importantes para o Paraná, é a Bancada do Governo.

Acho que nesse momento, o interesse do Líder do Governo em questionar essas atitudes, é o momento correto para que todos possamos trazer o Senador para explicar esta questão e as outras, que dizem respeito à situação calamitosa por que passa o nosso Estado.

Obrigado pelo aparte.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte.

O Sr. Edgar Bueno

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NEREU MOURA

Com a compreensão do Deputado Nelson Justus e se V. Excia. me conceder o seu horário, posso conceder o aparte.

O Sr. Edgar Bueno

Sem dúvida, está concedido.

O SR. NEREU MOURA

Então, concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Edgar Bueno

Meu caro Deputado Nereu Moura, parabéns pela brilhante explanação em defesa do Senador Roberto Requião, e o Senador vai sair de mais essa.

Os detentores do poder deste Estado pagam para tentar denegrir a imagem do Senador e falam em estelionato, falam em requerimento para a Polícia Federal, e é exatamente isso que queremos que façam, só que queremos que inclua neste requerimento, a presença e o depoimento do Senador aqui neste Plenário. É um requerimento importante e todos vamos votar a favor, para que se comunique à Procuradoria da República, a Polícia Federal, porque o Senador já explicou; tem explicação para dar.

Agora, quando vejo tentarem colocar na testa do Senador "estelionato", por aqueles que propuseram uma CPI da SERCOMTEL e da COPEL, e que em dez minutos retiraram esta CPI, não vou nem dizer vergonhosamente, mas covardemente, sem nenhuma explicação, fico estarrecido quando vejo estas mesmas pessoas tentarem colocar como "estelionato" a atitude do nosso Senador Roberto Requião. Já se fez a denúncia, ele já deu a resposta à altura no Senado, foi brilhante na sua resposta e já fez a denúncia àqueles que queriam aniquilá-lo, porque ele foi o Senador que mexeu com a transferência ilegal de dólares deste País e como ele mexeu fundo na ferida, atingiu algumas pessoas e grandes grupos e esses grandes grupos estão tentando aniquilá-lo.

Parabéns, queremos deixar a solidariedade do PDT e temos certeza absoluta de que o Senador sairá como saiu de tantas enrascadas que os seus adversários tentaram lhe impor.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, finalizando, eu queria dizer que ilícito, se houvesse ilicitude no ato do Senador Requião ou da sua esposa ele teria usado um laranja...

O Sr. Durval Amaral

Deputado Nereu Moura, um aparte.

O SR. NEREU MOURA

...o que fez a esposa do Senador Requião? Um dinheiro legal, legítimo, declarado no Imposto de Renda da sua família, comprou, procedimento absolutamente legal, moral, fez a transação com uma casa de câmbio autorizada pelo Banco Central aqui de Curitiba...

O SR. DURVAL AMARAL

Um aparte, nobre Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

...respeitada, com crédito. Quer dizer um procedimento dos mais transparentes possíveis. Se quisesse fazer lavagem de dinheiro não teria feito no nome da esposa do Senador, teria usado um laranja, como fizeram os tantos

malandros deste país. O que fez o Senador Requião? O que fez a sua esposa?...

O Sr. Durval Amaral

Um aparte, Deputado Nereu Moura.

Estou insistindo num aparte faz tempo, Deputado Nereu Moura...

O SR. NEREU MOURA

(Vozes paralelas)

Dinheiro declarado no Imposto de Renda.

Dou o aparte se eu quero.

Vossa Excelência me respeite...

O Sr. Durval Amaral

É verdade. Eu não estou faltando com o respeito.

Só estou pedindo um aparte. O senhor deu aparte a todos os companheiros. Só estou insistindo.

Não estou faltando com o respeito com o Senhor.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência está faltando com o respeito, tentando atrapalhar com o meu pronunciamento.

O Sr. Durval Amaral

O Senhor é muito melindroso.

O SR. NEREU MOURA

Não é costumeiro Vossa Excelência fazer isto. Não sei porque, não sei porque Vossa Excelência está se arvorando.

O Sr. Durval Amaral

Só estou pedindo um aparte. O Senhor não vai dar o aparte? Não vai dar o aparte?

O SR. NEREU MOURA

Não vou lhe dar o aparte, porque Vossa Excelência não está merecendo a minha consideração neste instante.

Por isso, Senhor Presidente, subo a esta tribuna para dizer de que o procedimento foi legal, moral, transparente e inquestionável e o Senador Requião está aberto para vir nesta Casa, para ir na Polícia Federal, como já foi ao Senado, para ir a qualquer lugar para provar de que as suas atitudes e as atitudes de sua família são inquestionáveis.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PST.

Com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, nobres Pares, nós estamos aqui para encaminharmos um projeto que achamos de muita importância para todo o Estado do Paraná, que apesar de vir um pouco tarde, eu creio, Senhores Deputados, veio a

tempo ainda de nós podermos avançar com relação às Rodovias do Estado do Paraná.

Nós estamos encaminhando, neste momento, protocolamos nesta Casa um projeto de lei que autoriza o Governo do Estado a criar e instituir a agência estadual de controle das empresas pedagadoras - AGECEP e dá outras providências.

(Lê): “Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagadoras - AGECEP, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, interpellar e regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização e construção das rodovias federais e estaduais que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias do Estado do Paraná”.

Senhores Deputados, esta agência já deveria ter sido criada quando foram entregues os dois mil, trinta e cinco quilômetros e quinhentos metros de rodovias estaduais e federais a estas empresas, para explorarem os pedágios e também tratem da conservação, da duplicação e da melhoria de toda esta malha viária que compõe o nosso anel viário.

Nobres pares, os Senhores que há mais de ano essas empresas pedagadoras vêm cobrando diariamente dos usuários esta taxa de pedágio e as cláusulas contratuais não estão sendo obedecidas. Estamos vendo muita gente reclamando. A conservação está sendo precária. Há trechos quase intransitáveis.

Essa agência vem com o objetivo de fazer cumprir as cláusulas contratuais, fazer uma fiscalização diária da arrecadação dessas taxas - os senhores Deputados não têm conhecimento, tenho certeza, nós tampouco. O Governo do Estado, a Secretaria de Estado da Fazenda, não têm controle. O DER e a Secretaria de Transportes também não têm controle. Essas empresas estão recebendo e gastando não sabemos quanto. Essa agência de controle vai ter essa função, de apresentar e exigir das empresas balancetes mensais de quanto elas estão recebendo dos usuários e quanto estão gastando em conservação, em melhorias e se realmente estão fazendo o que as cláusulas contratuais mandam, como por exemplo: a duplicação da Ponta Grossa a Mandaguari, que é um trecho que nos diz respeito, porque estamos perto, somos da região Noroeste. Sabemos por alto, porque não tivemos acesso ao contrato, que essa duplicação já deveria ter sido iniciada no ano passado. Hoje, nós teríamos uns 5 ou 6% dessa duplicação feita. Os Senhores sabem, passamos toda semana nesse trecho, muitos companheiros nossos da região Noroeste passam lá também e sabem que não foi iniciado um metro sequer de duplicação.

Essa gente pedagadora vai ter essa função de fiscalizar, acompanhar e cobrar as cláusulas contratuais, porque essas empresas pedagadoras até agora não fizeram por merecer todo esse patrimônio, que foi construído pelos tributos pagos pelos paranaenses, porque receberam as rodovias todas prontas, apenas fizeram pequenos reparos e começaram a receber.

Já passou da hora, Senhores Deputados, e nós temos que fazer cumprir esse contrato. Afinal de contas são mais de dois mil km, que são usados para escoar 70% da nossa safra, que são levadas por caminhoneiros, que passam por essas curvas perigosas e muitos deixam a vida lá. Sabemos que o DER também. É preciso que essa agência controladora mostre os caminhos que nós devemos trilhar, para a recuperação da nossa malha viária.

Temos hoje, dados fornecidos pelo DER - um total de 11.711 km de rodovias, que não foram repassadas para as concessionárias, cujo trecho, 9.617 km, são pavimentadas de outros 2.094 não possuem qualquer tipo de pavimentação.

Vejam os Senhores, temos aqui uma tabela fornecida pelo DER, nos últimos 23 anos, reparem, Senhores Deputados a situação séria das nossas rodovias, o governo no ano de 76 aplicava 25% do seu orçamento em rodovias.

Hoje, passados os 23 anos foi decrescendo e, hoje, temos dados de 98, a participação do orçamento foi de 7,3 e parte executada foi de 3,37%, Senhor Presidente.

Veja bem, como nós caímos para quase 10% do que o Estado arrecada na aplicação da manutenção das nossas rodovias.

Nós temos que tomar as providências rigorosas, porque está em jogo todo um patrimônio do Estado, que está se deteriorando por falta de fiscalização, manutenção de balanças, para evitar os excessos de caminhões com cargas, que estragam, o nosso asfalto.

Hoje, temos mais de 2,335 milhões de veículos trafegando pelas nossas rodovias - dados do DETRAN desta semana.

Senhores Deputados, precisamos proteger nossos proprietários de carros, a nossa sociedade, nosso patrimônio, como já disse.

Sei que Vossas Excelências também têm idéias para isso, e estou fazendo um apelo aos nobres Deputados porque sei que é um projeto de grande envergadura e os Senhores Deputados gostarão de apresentar Emendas, presumo, para o aprimoramento deste projeto. Foi dado entrada hoje, na Casa, e gostaria de contar com Vossas Excelências porque sei que os senhores são tão preocupados quanto nós com este problema de rodovias no nosso Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Vossa Excelência está propondo a criação de uma agência estadual de fiscalização, pergunto a Vossa Excelência, qual é a função do DER, neste processo até agora?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

O DER tem a função de melhorar as rodovias que não foram pedagiadas. Como já disse, são onze

mil e poucos quilômetros e o DER está tendo grandes dificuldades para fazer as conservações destas rodovias.

Então esta agência fiscalizadora estadual vai agir em cima deste trecho que foi pedagiado, de 2.035 quilômetros. Ela vai fazer este trabalho de fiscalização, não é para criar emprego, veja bem o senhor não é para criar emprego. Temos cabeças suficientes, profissionais competentes para exercerem um trabalho desta envergadura, na área de rodovias.

O SR. HERMES FONSECA

Pois é, nobre Deputado, ocorre que uma das funções do DER é também fiscalizar, hoje ele fiscaliza em todos os setores, transporte coletivo, fiscalização do excesso do tráfego nas rodovias, enfim, todas estas atribuições são do DER. Então eu estranho.

Não sei se Vossa Excelência tem conhecimento do contrato mas toda esta área de domínio, desde a faixa de domínio, o subsolo, a parte aérea, dos 2.035 quilômetros foram repassados para as empresas pedagiadoras e elas estão exercendo este domínio absoluto e ficou um meio campo vago, aí, nobre Deputado. E esta agência vai suprir para fazer cumprir estas cláusulas contratuais. O DER não está mandando, já não está operando, porque foi cedido totalmente.

Infelizmente não era Deputado, na época, alguns Deputados aqui acompanharam, não sei, acho que para mim, não quero criticar ninguém mas sinceramente não sei se foi debatido ou não foi debatido o suficiente.

Cremos que esta lacuna será suprida para que o contrato feito com as pedagiadoras não fique solto, como está e essas empresas não fiquem com esta liberdade que está usufruindo e creio que hoje, posso dizer, com uma certa irresponsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho de extrema importância o pronunciamento do Deputado Divanir Braz Palma porque voltamos a discutir a questão do pedágio e da concessão das rodovias do Estado.

Esta discussão, durante um certo tempo, ficou um pouco esquecida, provavelmente pelo recuo do Governador Jaime Lerner em aumentar o pedágio nas rodovias paranaenses, que aconteceu em consequência, muito menos dos nossos discursos, das análises que fizemos e muito mais em função da coragem dos caminhoneiros de todo o Brasil, num movimento que ninguém esperava, pararam o País e conseguiram pelo menos, temporariamente, conquistar algumas reivindicações da categoria. O governo do Estado teve que recuar do aumento de 100% que esperava conseguir para as concessionárias. Acho

Deputado Divanir, que seu projeto é de extrema importância, mas ele tem dois caminhos, um é o caminho do fortalecimento, da fiscalização da sociedade sobre o Estado, da transparência, do rigor na análise da questão do pedágio na construção de rodovias, e o outro caminho é o do acobertamento desse problema tão grave. Se essa Assembléia tiver a sabedoria de, aprofundando a análise desse projeto, aprovar uma Lei e um conselho eficaz sério, eficiente, que agilize a fiscalização, nós estaremos dando um grande salto na relação do Estado com empresas privadas na construção de rodovias.

Agora se aprovarmos um projeto para inglês ver, uma maquiagem qualquer, que ao invés de fortalecer o nosso poder de fiscalização diminuir esse poder, aí a coisa vai ser muito pior.

Por isso, Deputado, acho que temos que transformar esse momento que se discute esse projeto, num momento de reavaliação profunda da questão da concessão de rodovias do Paraná.

O senhor sabe, já divulgamos aqui, contratamos uma equipe técnica do mais alto nível, para analisar a questão do pedágio nas estradas paranaenses, comprovamos de forma rigorosa, clara, transparente, apenas com dados oficiais sem tergiversar, que o pedágio está superfaturado no mínimo em 100%. Pegamos de um lado a tabela do DER, e de outro lado a proposta comercial das concessionárias. Alertamos o povo do Paraná, que uma praça de pedágio da Rodonorte, Concessionária de Ponta Grossa, custa, segundo dados dessa empresa, quatro milhões de reais. A empresa tem um desconto, porque ela publicou no Jornal de Ponta Grossa, que há 7 praças de pedágios no seu balanço analítico, ao invés de custar 28, custou apenas 26 milhões e setecentos mil reais. Deu um abatimento de um milhão e quatrocentos mil reais a favor do nosso Estado.

Pasmem os senhores! Uma praça de pedágio, quatro milhões de reais, Um porte metálico simples sem as placas, quando se chega na praça de pedágio, se vê uma placa: “Pedágio a dois quilômetros” aquele pórtico simples custa segundo dados da Rodonorte 27 mil reais, Enquanto na tabela do DER, para o mesmo mês de cálculo, uma roçada se faz com 22 centavos o metro quadrado, na tabela das Concessionárias custa 35 centavos. E temos documentos concretos que mostram uma subempreiteira, sendo contratada por essa mesma empresa, recebendo de quatro a oito centavos para realizar roçada conforme o tipo de roçada nas estradas.

Agora o mais grave e é o “xis” da questão, um paradoxo nesse processo. Ora! Se é o Governo que define, para definir o preço de tarifa, evidentemente, ele tinha que ter feito um cálculo econômico anterior, tinha que ter calculado o custo dos investimentos ao longo de 24 anos. A receita esperada, em função do fluxo esperado de carros e dessa análise total, ia sair o valor da tarifa. Isso não aconteceu; uma coisa absurda. O governo deu uma tarifa, mas quem fez o estudo econômico foi a concessionária, não foi o governo. Ela embutiu na licitação chamada

proposta comercial superfaturada em 100%, e o que é mais estarecedor que ninguém consegue acreditar que seja verdade, é que na cláusula contratual está escrito o seguinte: “Se houver qualquer divergência entre o Governo e as Concessionárias, sobre o preço da tarifa, o que vai para dirimir conflito é a proposta comercial das concessionárias”. Ou seja, por isso elas ganharam na Justiça. O governo quer discutir tarifa e a concessionária faz o quê? Não! Está aqui a minha proposta comercial que o governo aceitou, a parte do contrato, minha tarifa está feita com base neste valor e esse valor faz parte do contrato e ninguém pode questionar!

Por isso defendemos, aqui, a possibilidade real de ser anulado o contrato de concessão das rodovias paranaenses por ser lesivo ao interesse público. Acho, Deputado Divanir, que neste momento que vamos discutir o seu projeto, devemos criar, imediatamente, uma Comissão formada por vários Deputados para analisar em profundidade o seu projeto, aprofundá-lo, deixá-lo cada vez mais democrático, mais transparente, entrar em contato, inclusive, com a Comissão do Congresso Nacional sobre a privatização das rodovias para fazer um debate em profundidade, trazer todos os dados técnicos que temos, trazer os engenheiros, os especialistas para um amplo debate com a sociedade paranaense sobre a questão do pedágio, porque já é hora. O Governo aumentou a tarifa, mas as empresas em contrapartida não fazem mais nada, apenas estão maquiando um pouco as rodovias que já começam a ter problemas, alegando que não fazem as obras de duplicação porque a tarifa foi baixada e não subiu de novo.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Vossa Excelência brilhantemente está expondo aquilo que é uma realidade a todo o Paraná. Mas queria fazer uma somatória nessa exposição e dizer a Vossa Excelência que o maior roubo, roubo das concessionárias de pedágio do Estado do Paraná é o pedágio do gás. Todos os Senhores Deputados que têm domicílio no Interior, ele está saindo de Campo Largo, vai a Balsa Nova chega a Palmeira e vai a nossa Ponta Grossa. E não foi esclarecido ainda o preço do quilômetro que as concessionárias terão pela permissão que o Governador nunca poderia ter dado! Nunca poderia ter dado, para cobrar o assentamento do duto que conduz o gás ao lado da rodovia sem a concessionária prestar nada. Porque o terreno é paranístico e a proposta que nós fizemos com o Dr. Bruel da COMPAGÁS, era que todos os fazendeiros, proprietários ao lado da rodovia dariam de graça para passarem dentro das suas propriedades.

Então, essa questão levantada por Vossa Excelência, nos próximos dias, estarei fazendo um requerimento à Companhia Paranaense de Gás, à Secretaria dos Transportes para vermos o que é que estão roubando do povo do Paraná com o pedágio do gás. Porque o custo final lá

da indústria, em Ponta Grossa, será cobrado com a somatória do pedágio do gás que é o maior roubo na história deste Estado.

Cumprimento Vossa Excelência e pode contar com nosso apoio.

O SR. PÉRICLES MELLO

Obrigado pelo aparte, Deputado Zuk. E a denúncia persiste da questão do gás que nós concordamos totalmente com o seu documento. Temos que perguntar, e vamos assinar o requerimento juntos Deputado Zuk, para quem está indo o dinheiro das árvores que estão sendo cortadas das rodovias. A Rodovia Ponta Grossa - Curitiba que é uma rodovia muito bonita, praticamente todas as árvores foram cortadas e árvores caras. E é proibido!

O Sr. Ângelo Vanhoni

Isso tem que ser denunciado ao IBAMA e em outras estradas que concessionárias que pedagiaram estradas, fizeram isso, já entraram na Justiça, e proibiram, e fizeram ressarcir dos danos causados à natureza.

O SR. PÉRICLES MELLO

Agora queremos saber e vamos fazer um requerimento, saber que destinação está sendo dada a essas árvores, se elas estão sendo vendidas, quem está pegando o recurso, que é muito dinheiro! E temos que esclarecer isso.

Temos uma proposta alternativa para a questão da concessão de rodovias, que é a criação de um Fundo Rodoviário com um conselho transparente, democrático que vai gerir esse Fundo e contratar as empresas de forma, com licitação limpa e teríamos estradas com um preço muito menor e um pedágio muito menor. Podemos aceitar o pedágio nesse momento de crise que passa o país, mas desde que seja um preço justo e não um valor que vem enriquecer grupos econômicos. E transferir o poder político incomensurável. Essa é a grande questão que não foi discutida filosoficamente. Quando se passa rodovias para grupos privados, eles passam a ter um poder econômico e político com definição e destinos da política do Estado.

Por isso Deputado Divanir Braz Palma parabéns pelo projeto e vamos discutir junto o seu aprofundamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Ouvi com atenção a defesa feita pelo Deputado Nereu Moura ao Senador Roberto Requião.

Senador Roberto Requião que o Paraná aprendeu a conhecer há muito tempo o seu comportamento no meio

político. Um homem que pautou a sua carreira política, buscando sempre destruição das pessoas para poder firmar-se politicamente.

Testemunho maior do que estou falando é com certeza os Parlamentares desta Casa que têm vivenciado a história política do Senador Roberto Requião.

Portanto, se formos voltar ao passado muito recente lembraremos de alguns fatos acontecidos no Paraná, que, com certeza, marcaram a vida do Senador Roberto Requião com os paranaenses.

Vamos lembrar quando então da campanha de Prefeito da cidade de Curitiba o nosso então Governador José Richa ia aos terminais de ônibus aqui na capital para carregar e fazer o Senador Roberto Requião Prefeito de Curitiba. Assim o fez com o apoio de todos os prefeitos do interior do Paraná e com o apoio dos Deputados Estaduais que representavam o Governo na época. Mais tarde o Senador Roberto Requião lhe deu o troco: traiu de uma forma vergonhosa. Afrontou-se de uma forma desastrosa, desumana, desrespeitosa com o Poder Judiciário. E o Brasil inteiro pode presenciar esta ação desenvolvida pelo Senador Roberto Requião. Mais tarde traiu seu próprio companheiro, o Senador Álvaro Dias, para fazer o seu sucessor.

E agora, Senhores Deputados, este mesmo cidadão que posa como paladino da verdade; que posa como o mais sério dos homens neste país, que continuando no seu espírito destruidor, está aspergindo em todos os momentos ataques e contra-ataques aos mais altos homens respeitosos desse País, de uma forma desenfreada. E com certeza, nesse momento em que denúncias contra a sua pessoa surgem, o Senador nada mais, nada menos, está beijando a tala do chicote que ele tem usado para bater em todos os homens públicos desse País.

Por esta razão, permitam-me Senhores Parlamentares fazer aqui a leitura de alguns dados que temos, extraídos junto à Polícia Federal, dados fornecidos pelo próprio Banco Central, relatando esse episódio da remessa de dólares da sua esposa para o exterior.

Com a atenção de Vossas Excelências, vou fazer a leitura de alguns dados que buscamos, para que se tornem claros à opinião pública do Paraná.

(Lê):

“POLÍCIA FEDERAL INVESTIGA MULHER DE REQUIÃO.

A mulher do Senador Roberto Requião, Maristela Quarenghi de Mello e Silva, está sendo investigada pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal por compra de dólares e remessa ilegal de divisas para o exterior.

Maristela depositou R\$250.000,00 no dia 19.05.98, na conta corrente de uma ‘laranja’, Eliane Botelho Arevalo. A operação coincide com o início da campanha eleitoral do Senador Requião, que foi derrotado na eleição para governador do Paraná, no ano passado.

O Depósito foi feito por DOC eletrônico, a partir de uma agência bancária de Curitiba, na conta corrente de Eliane Botelho Arevalo, na agência da Caixa Econômica Federal em Parnamirim (RN). Em seguida, o dinheiro foi transferido para a conta corrente de uma casa de câmbio, a Tupi Câmbios SRL, de Cidade do Leste (Paraguai). A Tupi recebeu o dinheiro numa conta corrente que possui no BANESTADO de Foz do Iguaçu (PR) e o transferiu posteriormente para outra conta, no Banco Del Paraná, no Paraguai.

O Procurador Regional da República no RN, Francisco Xavier Pinheiro Filho, acompanha pessoalmente o caso e já descobriu que o esquema de ‘laranjas’ funcionou de 10.03.98 a 03.07.98, com oito contas correntes fantasmas, todas na CEF de Parnamirim.”

Deputado Traiano, quero justamente questionar as seguintes posições: a Declaração de Imposto de Renda do Senador Roberto Requião consta realmente 1/3 da parte ideal deste apartamento que foi vendido. Na sua Declaração de Imposto de Renda, diz que esse 1/3 é equivalente a 40 mil reais, posteriormente o próprio Senador no discurso, no Senado da República disse que o valor auferido na venda foi superior a estes 40 mil reais, razão pela qual recolhia 10 mil reais, do Carnê Leão. Ou seja, uma importância real de 100 mil reais.

Pergunta-se então: se a parte ideal do Senador Requião era 100 mil reais, como é que foi depositado 250 mil reais, nessa conta na agência, na Cidade do Rio Grande do Norte, com um nome complicadíssimo, que eu nem conhecia essa agência?

Pergunta-se mais: como quer alegar o Deputado Nereu Moura: “Ah, foi uma armação do Palácio”?

Tenho aqui em minhas mãos uma cópia da auditoria do Banco Central, que por certo o Deputado Nereu Moura não tem, onde a conclusão do Banco Central do Brasil, diz o seguinte:

“A suspensão, quanto à ilegalidade dos transações nas contas de depósitos ou o indício de crime, está configurado pela existência de seis contas, supostamente fantasmas, que receberam depósitos-créditos através de diversas agências da Caixa Econômica e outros Bancos, remetidos por diversas pessoas físicas e jurídicas, destacando principalmente que os valores estão sendo sacados via compensação, com cheques nominativos à empresa Tupi Câmbios S/A, após serem depositados na conta 33.200-9 do BANESTADO, agência de Foz do Iguaçu.”

Se se trata de uma transação legal, por que um passeio dado, saindo de Curitiba para o Rio Grande do Norte - Parnamirim? Se o valor da venda é de 100 mil reais, como explica-se o depósito de 250 mil reais?

Pasmem, Senhores Deputados, que essas providências do Banco Central aconteceram ainda em julho de 1998, antes da campanha eleitoral, e se fosse para ser usada pelo Governo Jaime Lerner, teria sido usado na campanha eleitoral e não usaram.

Vejam só o inquérito para apurar as responsabilidades: Inquérito da Polícia Federal nº 099/98, foi instaurado em 30 de junho de 1998 e aqui a autoridade deprecante pergunta à esposa do Senador e ao próprio:

“I - Se a declarante/indiciada confirma o depósito, através do Banco Real - Agência 0722-6, no valor de R\$250.000,00 no dia 19 de maio de 1998, em favor de Eliane Botelho Arevalo, conta-corrente 4.804-3 na Caixa Econômica Federal em Parnamirim/RN, quanto a primeira declarante/indiciada, e se a declarante/indiciada confirma o depósito, através do Banco Noroeste, agência 0152-9, conta-corrente 60643810, no valor de...” - isso a revista “Veja” não trouxe, mas está aqui no Inquérito da Polícia Federal - “...no valor de R\$157.727,00...” - e não estou inventando, está aqui no Inquérito da Polícia Federal - “...feito no dia 05 de junho de 1998, em favor de Cintia Cristina Ribeiro da Silva Antunes, C/C nº 4.805-1, agência da Caixa Econômica Federal em Parnamirim...”

Os Depósitos movimentados nessa agência, sem origem, somam 58 milhões de reais - ou de dólares, na época. Dez por cento desses valores ficaram lá, foram sacados em dinheiro na própria agência, demonstrando efetivamente um “esquema laranja”. Se o dinheiro é legal, se a operação é legal, por que usar uma “laranja” para a lavagem do dinheiro e por que depositaram dinheiro em um Banco, que é o Espírito Santo Banco, que nem o Banco Central sabe exatamente onde fica e não existe remessa legal nesse País acima de 10 mil dólares.

Qualquer remessa acima de 10 mil dólares, que não seja remessa feita por empresas que tenham subsidiárias ou que tenham matriz no exterior, são todas elas ilegais. Essa história que mandaram R\$250.000,00, qualquer um que mande para o exterior, estará cometendo uma ilegalidade e por isso será processado pela Procuradoria Geral da República.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço o aparte.

Compreendo que o seu raciocínio, Deputado, é lógico e todos nós temos vivência e, com certeza, lembramos dos idos tempos em que se falava do tal “passeio do trigo”, do “passeio do milho”, que vinha do Sudoeste e de outras regiões do Estado para cá, para São Paulo e voltava para ser produzido lá na sua base.

Com certeza o caminho do dinheiro do Senador Roberto Requião tenha seguido esse mesmo passeio, enquanto as “laranjas” até hoje não explicadas - e posso dizer, que no nome dessa “laranja”, mais de 8 milhões e meio de reais transitaram nesta conta que o Senador Roberto Requião encaminhou recursos no nome dessa cidadã, nessa “conta-laranja”.

Portanto, está plenamente justificável que realmente o Senador Roberto Requião cometeu um ilícito.

O Sr. Nereu Moura

Me concede um aparte?

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência tem apenas mais um minuto.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Nereu Moura (Pela Ordem)

Senhor Presidente Nelson Justus, estou pedindo Pela Ordem, porque fui mencionado pelo Deputado Durval.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há questão de ordem.

Peço a Vossa Excelência que conclua o seu pronunciamento.

O seu horário está encerrado. Infelizmente, não vou ser transigente nesta questão, não é permitida a transferência de horário de partido.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço, Senhor Presidente, e com certeza voltaremos à tona, porque o assunto é palpitante e temos ainda muitas outras informações a serem prestadas a esta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

É uma questão de ordem que quero cumprimentar Vossa Excelência por não ter cedido o horário do PFL ao Deputado Traiano. Como diz Vossa Excelência sempre, está escrito no livrinho. Espero que a partir deste momento o livrinho seja seguido, porque é uma atitude correta, séria e que vai colocar respeito nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PPB, Liderança do Governo.

Com a palavra do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados Sra. Deputada.

Depois do pronunciamento do Deputado Nereu Moura, parece que começou a cair do céu informações aqui. Me entregaram há poucos momentos mais informações sobre a questão do CC5, que diga-se de passagem, que sou um assíduo assistente da TV Senado, e disse muito bem aqui o Deputado Traiano, o mesmo chicote usado lá no Senado está servindo para que o Senador Requião aprenda de uma vez por todas, a não acusar sem ter testemunhas, sem provas, porque ela é doída.

Vejo alguns Deputados um pouco agitados e nervosos, mas acredito que Vossas Excelências têm que entender de que nós que somos Líder do Governo nesta Casa, temos aqui debatido várias questões do Governo, e que em várias questões têm sido acusadas irregularidades, e que já se coloca como concluído, como investigado, e concluídas as irregularidades.

Prova foi o caso de ontem. Se agíssemos da mesma forma, e foi inteligente, e quero cumprimentar o Deputado Baratter, pelo seu posicionamento de ontem. Se quiséssemos agir da mesma forma em mandar votos a promotores, poderíamos aqui, nós, Deputados de situação, ter mandado um voto à Revista Veja, e nós não o fizemos.

Quem trouxe este assunto à tona, e que agora, isso que é incrível, comete-se o ilícito porque o próprio Senador assumiu na Revista Veja, prova disso, o Deputado Pessuti tem dificuldades de entender quando a gente procura ser um pouco discreto nas afirmações. O próprio Senador, e se Vossa Excelência não entendeu quando disse aqui, Vossa Excelência depois telefona para o Senador e ele lhe explica, o próprio Senador usou estas palavras, “A minha esposa fez uma grande M...”, agora se ele disse mágica, Mister M, eu não sei, Vossa Excelência pode perguntar porque Vossa Excelência tem mais intimidade com ele. Não disse nada de novo do que não estava escrito na Revista Veja.

Também quando afirmei a questão do Ferreirinha, aqui, é importante que se diga que a questão do Ferreirinha no Paraná foi julgada e o Senador foi condenado, e no supremo foi arquivado, não foi julgado. Foi arquivado, porque o Supremo disse que tinha uma falha processual, que não estava incluído o vice-Governador, Mário Pereira. Então em nenhum momento o Supremo inocentou o Senador. Foi falha.

Então, quando se diz que foi inocentado, não é verdade. É que o mandato do governador de então, Requião, tinha terminado, estava terminando e eles disseram que tinha uma falha no processo, porque não incluíram o vice-Governador Mário Pereira. E todos sabemos e até os Senhores Deputados que apoiam o Senador Requião sabem de que é verdadeira a farsa do Ferreirinha. Não queremos fazer aqui a defesa do outro candidato que era o nosso candidato, mas este assunto foi uma farsa e prova disso...

Senhor Presidente, tenho dificuldades para fazer pronunciamentos e se eu for interrompido a cada instante, tenho que recomençar o meu raciocínio e vou me tornar repetitivo e chato.

Então, gostaria de ter aqui a liberdade de poder concluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está assegurada a Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI

Muito obrigado.

Então, quando estamos falando, o Deputado Pessuti está usando de uma técnica, apesar que anti-regimental, procurando me tirar do equilíbrio.

Senhor Presidente, assegure-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O orador concede ou não o aparte. Vossas Excelências sabem disso.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas, é direito dos Deputados pedirem o aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente.

Vossas Excelências já pediram o aparte e o orador concede ou não.

Então, está assegurada a palavra com o orador e caso o orador se esqueça vou lembrá-lo de que dois Deputados solicitaram o aparte àquele que está na tribuna. Agora, claro que é uma velha artimanha de interromper o orador solicitando aparte.

Quero lembrar ao orador de que está assegurado o aparte, vamos descontar o tempo, Vossa Excelência terá os dez minutos regimentais e concederá ou não o aparte, se Vossa Excelência assim o entender.

Com a palavra o Líder do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu só gostaria, Senhor Presidente, que Vossa Excelência descontasse o tempo, faz mais de dois minutos que estou impossibilitado de falar.

Então, se torna difícil o meu pronunciamento.

Estão tentando tirar o meu equilíbrio, procurando que eu não possa aqui dissertar corretamente o episódio.

E quando falo do Ferreirinha, ele é muito doido, eu sei, é difícil, mas vejam o seguinte:

Vocês foram os Senhores, Vossas Excelências desculpem quero dar as tratativas parlamentares - foram tão infelizes em trazer um assunto aqui, e isto - o uso do cachimbo em demasia, faz com que a boca fique torta.

Acostumaram-se a acusar, acusar a todos que de repente quando vêem uma verdade procuram sair atirando em cima da Revista Veja, em cima do Palácio Iguaçu, em cima dos Deputados que agora estão se pronunciando, dizendo que isso é orquestrado.

Disse bem o Deputado Durval Amaral aqui, se isso fosse orquestrado teríamos usado este posicionamento nas eleições. Mas, é próprio do Governador Jaime Lerner ter em suas atitudes lisura.

Se é uma coisa que temos em nosso grupo é respeito à família.

Quando se falou na esposa do Senador Requião, procuramos ser o mais discreto possível porque queremos respeitar os filhos do Senador, a esposa do Senador.

Agora, Senhores, quando Vossas Excelências vêm aqui querer atribuir que isto é encomendado pelo Palácio Iguaçu, não tem como nos calarmos aqui e trazer a verdade. E, se estávamos calados é porque seguimos o nosso Líder, Governador Jaime Lerner, que tem por princípio o respeito à família.

Acho que tem dois erros cometidos neste episódio. Um erro cometido pela Revista Veja que poderia ter feito as acusações em cima do Senador Roberto Requião e deixado sua família de lado. E, o segundo grande erro que considero neste episódio é do próprio Senador Requião. Quando trouxeram a acusação ele disse que não sabia e que a culpa era da sua esposa, que tinha feito uma grande "mágica".

Então, prezados Senhores, não mexemos nesta questão por respeito e que sirva de exemplo para outros episódios e que sirva de exemplo este exemplo que o Governador Jaime Lerner deu nas eleições, de não usar isso.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um comunicado à Mesa, da presença nesta Casa, do prefeito de Medianeira, o Senhor Suzuki.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A mesa se reserva ao direito de não anunciar o Senhor Suzuki, como também reserva o direito de não lhe reprimir em público por esta brincadeira de mau gosto.

Concedo mais dois minutos ao Deputado Valdir Rossoni para concluir seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

É importante que as pessoas presentes, os Senhores Parlamentares, a imprensa, tenham conhecimento deste fato e que fique claro para a opinião pública esta questão. Agora, não venham querer esconder a verdade atirando em outras pessoas.

Não cederei apartes no momento mas prometo que 2ª feira pegarei o Grande Expediente, se o Senhor Presidente permitir e voltaremos a esta questão porque as mesmas palavras que Vossas Excelências fariam agora poderão falar 2ª feira.

Para encerrar meu pronunciamento, Senhor Presidente, esclareço que quando falei a palavra grande "M" não fui eu quem inventou a palavra, ela está escrita na Revista Veja, foram palavras do próprio Senador.

E, quero dizer ao Deputado Nereu Moura que quando telefonei ao Senador Requião pedindo apoio para ser candidato a Presidente da Assembléia contra o meu ilustre amigo a quem sempre mantive respeito mesmo na disputa, pedi porque este é o exercício da democracia. Agora, seria muito bom que não entrássemos em detalhes sobre esta questão porque Vossa Excelência sabe o comportamento que teve este Parlamentar aqui nesta Casa, a lisura que teve este Parlamentar que manteve-se em Plenário quando perdeu as eleições, participou do res-

tante das eleições que tinha o 1º vice-Presidente, votei no Deputado Caíto Quintana, votei no segundo vice-Presidente e estou aqui hoje como Líder do Governo porque foi um pedido feito pelo Presidente da Assembléia, pela Mesa Executiva, pelos Deputados, meus caros colegas que souberam me compreender, aqueles que votaram e não votaram em mim e pelo meu Governador que sabe respeitar o povo. A maior demonstração é esta: quando se mexe com a família a gente deixa de lado, porque a família está acima de tudo. Este é o exemplo que o Governador Jaime Lerner neste momento; está deixando a nós políticos paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Deputado Nelson Justus, o Deputado Valdir Rossoni fez referência ao meu nome e o regimento me garante o direito...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com muito maior respeito por Vossa Excelência e Vossa Excelência sabe disto, não há Questão de Ordem. Vossa Excelência pode perfeitamente, a partir do momento que tenha sido citado o seu nome, inscrever-se nas Explicações Pessoais, mas, por gentileza, não há questão de ordem a ser discutida neste momento.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Miltinho Puppio, Edno Guimarães e Pastor Edson Praczyk, líderes do PSC, PSL e PL, respectivamente, constante do expediente, comunicando a formação de Bloco Parlamentar constituído pelos Partidos acima citados com amparo no artigo 13, do Regimento Interno desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 269/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação de Dependentes do Álcool e Química, com sede e foro no Município de Irati/PR. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 305/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Fé, Amor e Caridade, com sede e foro no Município de Paranavaí. **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem, como da possibilidade de funcionamento de farmácia ou drogaria juntamente com outro ramo de atividade. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 06 (seis), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA, DE PLENÁRIO DE Nº 01, PROJETO DE LEI Nº 262/99

Altera o artigo 10, do Projeto de Lei nº 262/99 na forma do Substitutivo, propondo a seguinte redação:

Art. 10 - Cabe ao(s) farmacêutico(s) responsável(is), responsabilizar(em)-se:

I - Pelos princípios de gestão e administração da farmácia:

a) manter nas farmácias aspectos exterior e interior característico e profissional a uma unidade de saúde pública;

b) destinar áreas específicas para atendimento reservado/confidencial, permitindo o diálogo privado com o paciente, bem como a prestação de outros serviços na área de saúde, em conformidade com a legislação vigente;

c) manter local apropriado para armazenar produtos que requeiram condições especiais de conservação;

d) Elaborar manuais de procedimentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento do estabelecimento, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação;

e) estar capacitado para gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados pela farmácia.

II - No exercício de atividades relacionadas com o atendimento e processamento de receituário:

a) observar a legalidade da receita e se está completa;

b) avaliar se a dose, a via de administração, a frequência de administração, a duração do tratamento e dose cumulativa são apropriados e verificar a compatibilidade física e química dos medicamentos prescritos;

c) quando a dosagem do medicamento prescrito ultrapassar os limites farmacológicos ou a prescrição apresentar incompatibilidades, o responsável técnico pelo estabelecimento solicitará confirmação expressa ao profissional que a prescreveu.

III - Na dispensação de medicamentos:

a) entrevistar os pacientes, a fim de obter o seu perfil medicamentoso;

b) manter cadastro de fichas farmacoterapêuticas de seus pacientes, possibilitando a monitorização de respostas terapêuticas;

c) informar, de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos e alertar para possíveis reações adversas;

d) informar sobre as repercussões da alimentação e da utilização simultânea de medicamentos não prescritos;

e) orientar na utilização de medicamentos não prescritos.

IV - Cabe ao farmacêutico:

a) promover a educação dos profissionais de saúde e pacientes;

b) participar ativamente em programas educacionais de saúde pública, promovendo o uso racional de medicamentos;

c) atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, BERALDIN, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CARLOS ZUK E RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O artigo décimo ora modificado, cerceava responsabilidades e atividades do profissional farmacêutico, já garantidas na Legislação Profissional e que garantem o uso racional do medicamento e dos serviços de saúde prestados pela Farmácia ou Drogaria, propiciando conhecimentos adicionais à população quanto aos cuidados de sua saúde.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Altera o artigo 5º, do Projeto de Lei 262/99 na forma do Substitutivo, propondo a seguinte redação:

Art. 5º - Poderá a farmácia dispor de prestação de serviços, para atendimento imediato à população, de medicamentos, vacinas e soros que atendam o perfil epidemiológico de sua região demográfica, inclusive na realização de inalação, realização de curativos, aplicação de injetáveis; o fracionamento de medicamentos, medição de pressão arterial e coletas de amostras para análise laboratorial.

Parágrafo Único - Para coleta de amostra para análise laboratorial, o estabelecimento deverá dispor de dependência distinta e separada e sob a responsabilidade técnica de Farmacêutico Bioquímico.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, BERALDIN, ORLANDO PESSUTI E RICARDO MAIA.

JUSTIFICATIVA:

Confunde-se as definições de farmácia e drogaria do próprio projeto e da Lei Federal 5991/73, pois inalação é ato de manipulação, privativo da farmácia, coleta de amostra também é privativo de farmácia. Logo, devemos suprimir drogaria do texto.

Legislação: Lei 5991/73:

I - Farmácia - estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos, dispensação de medicamentos e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

II - Drogaria - estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

Art. 18º § 2º - A farmácia poderá manter laboratório de análise clínicas, desde que em dependência distinta e separada, e sob a responsabilidade técnica do farmacêutico bioquímico.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Altera o artigo 6º, do Projeto de Lei 262/99 na forma do Substitutivo, propondo a seguinte redação:

Art. 6º - É permitida a instalação de farmácia ou drogaria nos estabelecimentos de "drugstore", loja de conveniência ou supermercado, desde que a farmácia esteja isolada do restante do estabelecimento por divisória com altura mínima de 2 metros, de material liso, resistente e lavável, resguardando a ventilação adequada e possuindo mecanismos que impeçam a entrada de inseto e roedores e não poderá servir de passagem obrigatória para outras áreas do mesmo estabelecimento ou residência. A porta, devidamente delimitada, deverá permitir manobras seguras de carga e descarga e o acesso de cadeira de rodas.

§ 1º - O laboratório de manipulação da farmácia, deverá ser totalmente isolado das demais áreas, com

paredes e porta de acesso à farmácia, observada as exigências desta lei e legislação complementar.

§ 2º - A Licença Sanitária será específica e única para a farmácia ou drogaria.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, BERALDIN, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CARLOS ZUK E RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme o artigo sexto da Lei 5991/73 a dispensação de medicamentos é privativa de farmácias, drogarias..., o balcão não delimita estabelecimentos, o que caracteriza a dispensação de medicamentos em drugstore e loja de conveniência, com único objetivo de atrair o consumidor para consumir produtos de conveniência e aproveitar a oportunidade para a prática da empurroterapia.

A Resolução da Secretaria de Estado da Saúde nº 226/99 estabelece a instalação de divisórias entre os dois estabelecimentos, com porta de passagem, de forma a caracterizar a existência de dois estabelecimentos distintos, o drugstore e a farmácia ou drogaria dentro deste.

Não pode-se instalar drugstore ou loja de conveniência em farmácia ou drogaria Laboratório de manipulação somente é permitido apenas em farmácia.

Legislação: Lei 5991/73:

Art. 6º - A dispensação de medicamentos é privativa de:

- a) farmácia;
- b) drogaria;
- c) posto de medicamento e unidade volante;
- d) dispensário de medicamentos.

Art. 23 - São condições para a licença:

- a) localização conveniente, sob o aspecto sanitário;
- b) instalações independentes e equipamentos que satisfaçam aos requisitos técnicos adequados à manipulação e comercialização pretendidas;

Art. 55 - É vedado utilizar qualquer dependência da farmácia ou da drogaria como consultório, ou outro fim diverso do licenciamento.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 04

Altera o artigo 7º, do Projeto de Lei 262/99 na forma do Substitutivo, propondo a seguinte redação:

Art. 7º - Os estabelecimentos previstos na Lei 5991/73 são obrigados a manter suas instalações de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, observadas as seguintes condições para o licenciamento pelo órgão sanitário competente:

I - construção sólida, sem defeitos de edificação com área mínima de 30 (trinta) metros quadrados, para o uso exclusivo da dispensação dos medicamentos sem tarja ou de venda livre, tarjados e/ou controlados, ficando

fora desta área os produtos de perfumaria, cosméticos comercializados pelo sistema de auto-atendimento;

II - iluminação e ventilação adequadas;

III - piso resistente e impermeável que permita fácil limpeza;

IV - paredes lisas, de cores claras, de material impermeável e lavável;

V - instalações sanitárias, com paredes lisas e de fácil limpeza, com lavatório;

VI - locais separados para cada serviço, constantes no parágrafo único do artigo 2º, anexos à farmácia, com área mínima de 3,0 (três) metros quadrados e dispondo de lavatório privativo, com paredes até 2,00 (dois) metros de altura, contendo obrigatoriamente um toalheiro descartável e respeitando as exigências legais sanitárias.

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, BERALDIN, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CARLOS ZUK E RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Item I - De acordo com a Legislação Federal, os medicamentos tarjados e não tarjados não podem ser dispensados fora da farmácia ou drogaria. Portanto, não é possível dispensar qualquer medicamento em supermercado, drugstore, loja de conveniência, etc. Assim, é correto ter farmácia ou drogaria dentro daqueles estabelecimentos. Ressalte-se ainda que a facilidade de acesso aos medicamentos pode aumentar ainda mais o alto grau de intoxicação por medicamentos existente no Brasil, que já é o primeiro entre todas as intoxicações.

Deve-se diferenciar produtos de primeiros socorros (gazes, atadura, etc), com medicamentos para primeiros socorros, exclusivos de farmácia e drogaria. Não é permitido comercializar qualquer medicamento pelo sistema de auto-atendimento.

Item V - Não se permite tratamento diferenciado quando instalado em local diferenciado.

Item VI - Não se pode utilizar o mesmo espaço, por que se trata de atividade "limpa" e "contaminada".

Legislação: Lei nº 5.991/73, art. 6º e 18º.

Art. 6º - A dispensação de medicamentos é privativa de:

- a) farmácia;
- b) drogaria;
- c) posto de medicamento e unidade volante;
- d) dispensário de medicamentos.

Art. 18 - É facultado à farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções a cargo de técnico habilitado, observada a prescrição médica.

§ 2º - A farmácia poderá manter laboratório de análises clínicas, desde que em dependência distinta e separada e sob a responsabilidade técnica de farmacêutico bioquímico.

**EMENDA MODIFICATIVA,
DE PLENÁRIO DE Nº 05**

O Art. 6º, do Projeto de Lei nº 262/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - É permitida a instalação de farmácia ou drogaria, nos mesmos estabelecimentos ou lojas, de ‘drugstore’, e loja de conveniência, desde que a farmácia ou drogaria esteja em áreas delimitadas por divisórias ou balcões, a critério do estabelecimento, com as seguintes especificações:

I - A área física delimitada a que se refere o ‘caput’ do artigo deverá estar isolada do restante do estabelecimento por divisória com altura mínima de 2,00 m (dois metros), ou por balcão com altura mínima de 1,20 m (hum metro e vinte centímetros).

II - O material a ser utilizado na confecção da divisória ou balcão, deverá ser liso, resistente e lavável.

III - O acesso do público à farmácia ou drogaria far-se-á por passagem com largura mínima de 1,00 m (hum metro), permitindo manobras seguras de carga e descarga e o acesso de cadeira de rodas.

IV - A área da farmácia ou drogaria deverá estar devidamente identificada com placas e/ou letreiros de dimensão compatível e perfeita visualização, onde se deverá ler ‘Farmácia’ ou ‘Drogaria’.

Parágrafo Único - Na hipótese da instalação de ‘drugstore’ ou loja de conveniência anexa a farmácia ou drogaria, e que o estabelecimento venha manter um laboratório de manipulação, este deverá ser totalmente isolado das demais áreas, com paredes e porta de acesso, observadas as exigências dos artigos seguintes.”

Sala das Sessões, em 06.10.99.

(a) ANTONIO BARATTER

Apoiamento:

Albanor Gomes, Renato Gaúcho, Hidekazu Takayama, Pastor Edson Praczyk.

**EMENDA ADITIVA,
DE PLENÁRIO DE Nº 06**

Transforma o parágrafo único do Artigo 2º em § 1º e inclui o § 2º ao Projeto de Lei nº 262/99, conforme segue:

§ 1º - Compreende-se como prestação de serviços de interesse público a execução de serviços como: inalação, curativo, aplicação de injetáveis, medição de pressão arterial, coleta de amostras para análise laboratorial.

§ 2º - Os estabelecimentos citados nos incisos I, II e III, de que trata o “caput” deste Artigo, deverão respeitar o Decreto de Lei Federal nº 1.662 de 06 de outubro de 1995, excetuando-se portanto, os estabelecimentos destinados a comercialização de produtos veterinários, bem como aqueles estabelecimentos farmacêuticos integrados a hospitais veterinários, clínica veterinária e consultórios médicos veterinários.

Sala das Sessões, em 12.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Hermas Brandão, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, 1 ilegal

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/99, de autoria d Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, com sede foro no Município de Janiópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 187/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Janiópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável na forma de corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 187/99**

O artigo 1º desta lei passa a vigir com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Janiópolis, com sede no Município de Janiópolis e foro no Município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 22.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Clevelândia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 279/99

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de Lei nº 279/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Clevelândia.

Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou óbice constitucional, regimental ou legal para a tramitação do projeto, por se tratar de matéria de natureza autorizatória.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao projeto de Lei nº 279/99, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 279/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, o presente Projeto de Lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN - no Município de Clevelândia.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que o objetivo desta proposição é trazer comodidade e melhoria na prestação dos serviços do DETRAN, ao Município de Clevelândia e ao mesmo tempo beneficiar o seu vizinho, Município de Mariópolis.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 319/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder em Comodato uma área de terras ao Município de Ribeirão do Pinhal. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 15.06.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 319/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder em Comodato uma área de terras ao Município de Ribeirão do Pinhal.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma de Emenda Modificativa.

Sala das Comissões, em 17.08.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 319/99

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em regime de comodato, por prazo determinado, duas áreas de terras de propriedade da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, constantes da Transcrição nº 12.333, fls56, do livro nº 3Q, com área de 65.840 m2 (sessenta e cinco mil e oitocentos e quarenta metros quadrados) do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio da Platina e da Transcrição nº 2.784, fls. 134, do livro 3-C com área de 84.712,25m² (oitenta e quatro mil e setecentos e doze metros quadrados), do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina de CEAD - Polo Potty Lazarotto, o atual CEAD - Polo Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.08.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 388/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Kury, tem por objetivo denominar de CEAD - Polo Potty Lazarotto, o atual CEAD - Polo Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 24.08.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/99 de autoria da Deputada Serafina Carrilho que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Agostinho Stefanello - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Alto Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 15.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 475/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM da Escola Agostinho Stefanello - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 475/99

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Agostinho Stefanello - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/99, de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 480/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado

Paranense - Ação Social de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constituicionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 22.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 488/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA

Pela Ordem, Senhor Presidente?

(Assentimento)

Senhor Presidente gostaria de registrar, com muita satisfação, que Vossa Excelência desse o destaque merecido à presença do Prefeito de Medianeira, o Suzuki, que nos honra neste momento com sua presença na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com muita honra agradecemos.

Seja bem vindo Prefeito Suzuki a esta Casa.

Não o vimos e imaginamos ter sido uma brincadeira do Deputado Ângelo Vanhoni, o qual pedimos também escusas, que oportunamente usou de um expediente muito conhecido nesta Casa, para interromper o pronunciamento do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2186, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **À Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa, para analisar.**

Requerimentos nºs 2166 a 2169, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2179, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2182, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, com apoio do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2178, de autoria dos Senhores Deputados Edson Strapasson, Edgar Bueno, Nereu Moura e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2172 a 2174, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2176, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, com apoio dos Srs. Deputados Renato Gaúcho, Duílio Genari, Luiz Carlos Alborghetti e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2177, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2180, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2183 e 2184, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2188, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2187, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello e

demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica aos senhores membros a reunião específica da Reforma da Constituição com o objetivo de analisar e apresentar parecer a Proposição nº 22/99, de autoria da Comissão Executiva que dá nova redação ao parágrafo 3º da Constituição Estadual.

Os membros da Comissão são os Deputados: Algaci Tulio, Cesar Seleme, Antonio Baratter, Elio Rusch e Orlando Pessuti. Na Sala das Comissões, após o Plenário, no dia de hoje.

Também queremos aproveitar para comunicar aos líderes dos partidos que amanhã, às 11 da manhã, teremos reunião para tratarmos com o Presidente e o Relator da Comissão de Orçamento.

Nada mais havendo a tratar, delcero encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 187, 279, 319, 388, 475, 480 e 488/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 395, 479 e 481/99.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1999

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinatti.

Às dezesseis horas e dez minutos foi registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio,

Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Beraldin, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli e Luiz Accorsi (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 476/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Abatiá - APAE, com sede e foro no Município de Abatiá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 476/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Abatiá - APAE, com sede no Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.10.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 491/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Recreativa Banda Integração - ACREBI, com sede e foro no Município de Rolândia. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 492/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Congregação Mariana da Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Piraquara. **Aprovado.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/99, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 135, de 07.10.99.)**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 035/99, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a filiação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto à União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 14.10.99.)**

Esta Presidência ainda lamenta não ter anunciado a presença do Vereador Geninho Valcarenghi de Nova Aurora e do Secretário Municipal de Saúde de Nova Aurora Senhor Edilson Cípriano Lopes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 20, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 300, 302 e 373/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 033 e 035/99.

Levanta-se a sessão.

Balancete:

OFÍCIO Nº 37/99

Curitiba, em 14.10.99.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JULHO/99, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Julho	MÊS: Julho Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG: 01 Data: 31/07/99
---	-------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	6.310.000,00	47.030.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	6.310.000,00	47.030.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	6.310.000,00	47.530.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	482.218,16	4.721.143,82
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	482.218,16	4.721.143,82
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	482.218,16	4.721.143,82
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	17.604.067,96	11.922.822,27

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	17.604.067,96	11.922.822,27
TOTAL	24.396.286,12	64.173.966,09

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Julho	MÊS:Julho Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/07/99
---	------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	6.796.047,48	43.057.597,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.608.105,74	36.458.788,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.187.941,74	6.598.809,30
DESPESAS DE CAPITAL	53.132,30	159.012,00
INVESTIMENTOS	53.132,30	159.012,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	6.849.179,78	43.216.609,69
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	4.471,34	1.574.905,57
PAGAMENTOS	4.471,34	1.574.905,57
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	832.960,35	2.672.776,18
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	832.960,35	2.672.776,18
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	837.431,69	4.247.681,75
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA		
BANCOS		
VINCULADO		
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE		
TOTAL		

(2a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade